

Carnaval em Loulé

Já foram iniciadas as primeiras diligências no sentido de serem iniciados os trabalhos para que não deixem de realizar-se as Batalhas de Flores de Loulé - 1973.

(Avença)



QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXI

5/12/1972

(Preço avulso 1\$50)

N.º 503

Delegação em Lisboa
R. Passos Manuel, 105-5.º-Dt.º
Telef. 562759Composto e Impresso no
EDEN GRÁFICO, L.D.A
Rua Sousa Macedo
Telefs. 22488-22411 VISEUDIRECTOR,
EDITOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade BarrosRedacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telefone 62536 LOULÉ

Reiniciados em Quarteira os trabalhos de protecção à praia

É urgente construir mais molhes que evitem o desgaste das areias

No último Inverno o mar castigou mais uma vez Quarteira com a violência que ali se tem caracterizado. Muitas casas foram derrubadas, grossos muros de cimento ruíram como se fossem componentes de um frágil castelo de cartas!

A povoação foi ameaçada pelo impacto das águas e, entre o

Restaurante Isidoro e 1.º esporão de Vilamoura (zona castigada) o mar quase desassoreou a costa.

Parece evidente que a construção dos esporões de Vilamoura contribuiu para aumentar a fúria do mar na zona que lhe fica a nascente. Por outro lado está provado, pela experiência

do esporão já construído em frente ao Hotel Toca do Coelho, que esta obra de defesa provoca a acumulação das areias que lhe ficam a poente. E tanto assim que cresce constantemente a largura da praia nas proximidades do esporão.

Situação inversa se dá do lado nascente, de onde o mar já arrastou toda a areia, deixando apenas o barro. E isto está a acontecer exactamente igual em relação aos esporões que Vilamoura construiu para a sua Marina.

Sabemos que as autoridades estão atentas aos problemas e que procederam aos estudos que a defesa da costa exige.

E tanto assim que já foram iniciados os trabalhos da sua defesa longitudinal com a colocação de uma autêntica barrei-

ra de pedra. Simplesmente esta solução não resolve o problema do desassoreamento da praia.

Evitará que o mar chegue à povoação; evitará que mais casas sejam demolidas, mas não evitará que o mar arraste as areias ali ainda existentes.

Impõe-se, por isso, que se estude urgentemente a construção de molhes modernos, em cimento, que façam devolver a Quarteira as areias dali arrastadas. Quarteira espera e confia em que o Governo presidencie UR-

(Continua na 3.ª pág.ª)

20 ANOS DEPOIS

PARA um ser humano, 20 anos são a plenitude da sua existência. O climax da sua vida. Uma meta que as crianças anseiam atin-

gir. Mas um jornal com 20 anos é muito novo... porque não está condicionado à passagem da existência humana.

Pela nossa parte já conseguimos que, em anos de vida «A Voz de Loulé» conseguisse ultrapassar todos os periódicos que existiram em Loulé. É bem verdade que isso tem representado muito excesso de trabalho, dissabores e prejuízos materiais. E estes têm sido de tal monta que sentimos absoluta necessidade de a partir do próximo ano, pedir um pequenino sacrifício aos nossos dedicados assinantes. Esse pequeno aumento é aliás uma consequência do novo contrato colectivo de trabalho dos gráficos, que entrou em vigor em 27 de Março do corrente ano e, portanto, já quando elevado número dos nossos assinantes tinha liquidado os seus recibos. Não era fácil o

«Para que um País não se desenvolva economicamente, para que uma indústria morra à nascença, grita-se: «poluição, poluição, poluição...». E logo o coro dos ingênuos acompanha apavorado: «poluição, poluição, poluição...».

Dr. Castro Fernandes in «Arquivo», Lisboa 1972.

PISCINA VAI SER REALIDADE

Solarium de Loulé

Eleitos os Corpos Gerentes

(Ler na 6.ª página)

O TURISMO

ALGARVIO NA FILOTEL

No passado dia 25 de Novembro foi inaugurada pelo Almirante Américo Tomás a exposição internacional de hotelaria FILOTEL (na Feira das Indústrias), em Lisboa.

A exposição (segundo uma voz autorizada) «apresenta-se como o certame próprio na hora certa — na hora em que o equipamento hoteleiro colabora activamente na realização das in-

(Continua na pág.ª 6)

NOTA QUINZENAL

VOLTAMOS hoje a falar da rua (ex) Winston Churchill, para desfazer alguns equívocos acerca da razão que motivou trazermos o assunto para as páginas de «A Voz de Loulé». É que — fique bem claro — não nos move qualquer má vontade contra o célebre «sir» do Reino Unido (que nunca vimos «mais gordo»). Respeitamos até a sua luta anti-fascista, o seu liberalismo encharutado, etc. Apenas chamámos a atenção para a dificuldade que as pessoas têm em pronunciar e escrever tão arrevesado nome. E é tudo. Aqui não se trama nenhum golpe de lesa-magestade. Podem dormir descansados determinados «inquisidores» incansáveis.

A CAMARA Municipal de Loulé, aliás, perfeitamente de acordo com as reclamações dos louletanos que habitam naquela artéria da Vila entenderam, numa das suas últimas reuniões, aprovar, por unanimidade, a mudança do nome da rua, de Winston Churchill para Manuel Guerreiro Pereira. E é esse, em nossa opinião, um gesto que só dignifica quantos compõem o corpo dirigente do município.

MAS, também aqui, como é natural (e porque não saudável?), haverá quem apresente discordâncias, baseadas nas mais variadas motivações de ordem pessoal, sentimental, e por aí adiante. Aceitemos as opiniões dos outros, ainda que as não possamos aplaudir. Não devemos esquecer, evidentemente, os que moram na rua Manuel Guerreiro Pereira, para os quais é agora muito mais fácil o correio em dia...

Na verdade, devemos confessá-lo francamente, faltanos a força para contrariar o ditado popular que diz: «Santos da casa não fazem milagres». É pena. Até porque estes assuntos, aparentemente de lana caprina, são o reflexo de uma mentalidade que transcende a própria Vila de Loulé, para se inserir na grande verdade nacional: nada disto presta, ó portuguesito bravo, porque o que vem de fora é que é bom...

Manuel Sequeira Afonso

Redactor de «A Voz de Loulé» durante largos meses e connosco trabalhando lado a lado, Sequeira Afonso tem transmitido a este jornal o fulgor da sua já brilhante pena (soa melhor que esferográfica!) e muito da sua inteligência e capacidade creadora.

Por isso é com alguma mágoa que vemos afastar-se um pouco de nós.

Sequeira Afonso foi para Lisboa.
(Continua na 2.ª pág.ª)

(Continua na 6.ª página)

Deputados pelo Algarve na Assembleia Nacional

Recomeçaram os trabalhos na Assembleia Nacional, e os Deputados pelo Círculo fizeram as suas primeiras intervenções. Dessas intervenções destacamos hoje nas nossas páginas as passagens mais significativas.

O almirante Henrique Tenreiro prestou homenagem ao dr. Theotónio Pereira, recentemente falecido:

«Nesta hora de meditação, todos aqueles que acompanharam Pedro Theotónio Pereira na sua maravilhosa carreira de bem fazer, sentem, com comoção, a perda de um grande homem, de um amigo que desapareceu e que a nossa Pátria recordará eternamente.»

Por sua vez o dr. Jorge Correia homenageou o eng.º Sebastião Ramirez, também falecido há pouco:

«Falo de Sebastião Ramirez sobre quem, por mandato dos algarvios, deixo cair neste momento saudosas pétalas cujo perfume, melhor do que as palavras, simboliza a ternura, a

admiração, a simpatia e o respeito pela memória do Homem que nunca os desamparou nos seus legítimos anseios colectivos e oficiais e teve sempre uma

(Continua na 2.ª pág.ª)

NOME DE RUA:

DE WINSTON CHURCHILL

A MANUEL GUERREIRO PEREIRA

A Câmara Municipal de Loulé resolveu de maneira simpática o problema que recentemente levantámos nas nossas páginas: por unanimidade, foi decidido mudar a designação da Rua Winston Churchill para Rua Manuel Guerreiro Pereira, louletano há pouco falecido e que desempenhou, entre outros, o cargo de presidente do nosso município.

Honra portanto à Câmara Municipal, e parabéns aos habitantes da Rua Manuel Guerreiro Pereira, que viram satisfeitas as suas justas reivindicações.

COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DO ALGARVE
(PLANO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS)
RUA REBELO DA SILVA, 69 — FARO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA DO «ABASTECIMENTO DE ÁGUA À PRAIA DE FARO».

Faz-se público que no Plano de Obras da Comissão Regional de Turismo do Algarve, localizado na Rua Rebelo da Silva, n.º 69 em Faro, se procederá, conforme deliberação tomada em reunião de 27/11/72, à abertura das propostas para arrematação da empreitada acima referida, pelas 15 horas, do primeiro dia útil após decorridos 40 dias a contar da publicação do respectivo anúncio no Diário do Governo.

A base de licitação é de 3 898 417\$00

Para ser admitido ao concurso é necessário:

- Que o concorrente tenha efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou Delegações o depósito provisório de 97 261\$00 mediante guia preenchida pelos próprios concorrentes, segundo o modelo que figura no processo de concurso;
- Que o concorrente esteja inscrito como empreiteiro de obras públicas na 3.ª subcategoria da V categoria e na classe 2A ou na V categoria e na classe 2A ou superior, estabelecida pelo regulamento do Decreto-Lei 582/70, de 24 de Novembro de 1970 e portaria n.º 351/71, de 30 de Junho de 1971 (quando o valor global da empreitada for igual ou superior a 250 000\$00).

O depósito definitivo será de 5% do valor da adjudicação.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio sob registo ao Plano de Obras da Comissão Regional de Turismo do Algarve por forma a serem recebidas até às 17,30 horas do dia anterior ao da abertura das propostas e devem ser acompanhadas dos demais documentos legalmente exigidos.

As condições e mais elementos para esta empreitada encontram-se patentes no Plano de Obras da Comissão Regional de Turismo do Algarve e na Direcção dos Serviços de Salubridade da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, (Rua Conde Redondo, 8 — Lisboa), todos os dias úteis, durante a hora do expediente.

Faro e Comissão Regional de Turismo do Algarve, em 27 de Novembro de 1972.

O Presidente,

a) José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo

O Administrador-Delegado,

a) João Luís Olias Maldonado

Trespassa-se

Estabelecimento com área de 300 m², sito na Avenida principal da vila de Loulé e com três frentes. Trespassa-se todo ou em parcelas, para qualquer ramo.

Tratar no próprio local — Av. José da Costa Mea-lha, 55 — LOULÉ.

Não tenha proplemas com a limpeza e tratamento da sua roupa

Somos uma organização equipada com máquinas modernas para lhe suavizar as tarefas caseiras e para lhe poupar dinheiro.

Lavandaria BRANCURA
(Self-Service)

Rua de S. João

QUARTEIRA

Uma Intervenção Parlamentar que Loulé não agradece

(Continuação da 1.ª pág.ª)

Assembleia Nacional

(Continuação da 1.ª pág.ª)

palavra amiga ou uma intervenção em favor daqueles que se acolham à sua afável e paternal protecção.»

Por último o eng.º Leal de Oliveira chamou a atenção do Governo para o «quase completo abandono» em que se encontram as águas de Monchique, que não têm sido devidamente aproveitadas. Disse aquele Deputado:

«Com efeito em 1959 a produção das águas de Monchique foi de 1075 milhares de litros, decrescendo até 373 milhares de litros em 1963, para se fixar nos anos seguintes até 1970 entre os 600 e os 700 milhares de litros anuais. Tais quantitativos são ridículos perante a expansão atingida pelas outras água minerais que partindo em 1959 de produções semelhantes (100 a 7000 milhares de litros) atingiram em 1970 produções à roda dos 1200 milhares de litros.»

E o eng.º Leal de Oliveira terminou:

«Ao terminar deixo como sempre uma palavra de confiança ao Governo na pessoa de Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças conhecedor como sei das suas invulgaridades qualidades de trabalho e inteligência e da amizade que há muito dedica ao Algarve e às suas gentes, e, certo ainda estou, que será agora que os Algarvios verão vencidas as forças negativas que subterraneamente têm esmagado as tentativas de ressurgimento das Caldas de Monchique.»

CRUZ DA ASSUMADA



AGRADECIMENTO

José Lourenço Guerreiro

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.



AGRADECIMENTO

Joaquim Tomé Rodrigues

Maria das Dores Mealha e restante Família, receando cometer qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas, de todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada.

maior e mais populoso do Algarve e, poderíamos acrescentar, do mais rico concelho algarvio não só em riqueza de fundos como em potencialidade económica, vive sem preocupações quanto ao futuro, que lhe é garantido pelo enorme caudal de riquezas que a emigração lhe proporciona, como pela desmedida evolução que a venda de terrenos à beira-mar lhe carregou em valor das terras, pela riqueza sem par do seu valioso artesanato, quer pela extensão da sua zona frutícola.

Porém, faltam-lhe dois grandes elementos de valorização que lhe advém de um solo riquíssimo em matérias extrativas. E, conseguida a exploração desenvolvida e em grande escala do sal gema que tem prospectado numa larga extensão de quilómetros, e a exploração dos seus riquíssimos calcários e a sua transformação em cimento, Loulé tem uma grande vida e um largo desenvolvimento à sua frente. Isto, sem falar ainda da riqueza do subsolo em argilas plásticas de que já tem duas fábricas em laboração.

Loulé, tem pois, no futuro, brilhantes perspectivas quanto à sua potencialidade industrial.

E o desenvolvimento destas indústrias em grande nível fará convergir para o seu seio, os filhos que tem espalhado no mundo, provocando, por uma elevação de salários, o regresso de muitos dos seus emigrantes, e, com este regresso o emprego de muito capital ganho que aqui virá encontrar, numa construção civil amplamente rentável um adequado uso e emprego de capital.

De certo, Loulé, não perde de vista o desenvolvimento turístico do Algarve, operado, por enquanto, na sua orla marítima e sintetizado em três testas de ponte: Vilamoura, Quarteira e Vale do Lobo.

O potencial económico de Loulé-Vila está inflectindo poderosamente em Quarteira, na construção de elevado número de apartamentos e blocos e aceitando o investimento de todas as organizações, que para ali, quiseram transferir os seus capitais, quer em construção, quem em Hotéis quer em outros meios e sistemas de exploração da indústria turística.

Não há portanto da parte de Loulé, qualquer limitação ao turismo em curso, que pode considerar-se sem favor, do maior do Algarve, pois é, de facto, o mais extenso e volumoso quer em número de hotéis de estabelecimentos balneares — haja em vista a Marina da Vilamoura — quer em campos de golfe e de ténis, quer em casinos.

Ora, dizer-se que a instalação de uma fábrica de cimento situada no local mais próximo do turismo a uns bons nove quilómetros, irá prejudicar o turismo do Algarve, parece-nos querer tomar o todo pela parte.

E aí, é que estamos em flagrante contradição com a intervenção dos nossos Deputados, porque, Loulé responde só por si, define as suas opções, delimita os inconvenientes apontados e esclarece que é totalmente concordante com a instalação da sua fábrica de cimento cuja pretensa poluição só ao concelho interessa.

Mas não há dúvida que é um que está em perspectiva a poluição do Algarve pelo facto de se instalar uma fábrica — aliás dotada de todas as garantias quanto a poeiras e fumos — nas proximidades de Loulé, quando Loulé que fica a igual distância de fábrica, quer e deseja a sua instalação.

O título, o cartel, o chamariz da atenção para o perigo da poluição do Algarve, é que está menos correcto e feliz para uma

(Continua na 5.ª página)

Manuel Sequeira Afonso

(Continuação da 1.ª pág.ª)

onde o ambiente é mais propício para quem tenha pela frente um curso universitário. Ele quer e pode tirar o seu curso de Direito. Ele quer e tem capacidade para tirar o seu curso. Por isso e porque o estimamos como bom amigo, só temos que nos regozijarmos com o seu relativo afastamento. E é relativo porque Sequeira Afonso continuará a prestar-nos, de Lisboa, a colaboração que puder. Simplesmente um pequeno órgão da imprensa regional não tem capacidade (nem receitas) para pagar a um redactor e por isso só pode continuar existindo através da boa vontade de quem o criou e mantém... com sacrifícios e prejuízos.

Por isso, pouco mais podemos fazer do que aplicar toda a nossa boa vontade em procurar manter o nível de interesse que «A Voz de Loulé» atingiu... porque Sequeira Afonso se lhe dedicou com o entusiasmo daqueles que trabalham naquilo que gostam.

Oriundo de família modesta e exercendo uma digna profissão, Sequeira Afonso (trabalhando e estudando) concluiu o seu curso liceal em apenas 4 anos (quantos estudantes nem em 10 o conseguem!). Fê-lo antes de prestar serviço militar e isso lhe valeu ter regressado há meses da Guiné, já em alferes e podendo assim fazer a frequência universitária que vai continuar agora com mais assiduidade.

As notas que alcançou nos seus estudos são um exemplo daquilo que é possível conseguir-se quando a inteligência se alia à força de vontade, mas pode também servir

de estímulo àqueles que, podendo realizar-se, preferem «cabular», enganando professores e, principalmente, enganando-se a si próprios... porque perdem o gosto pelo estudo e revelam-se tristemente incapazes para vencer na vida. E hoje, mais que nunca, quem vence são os melhores.

Aqueles que esperam poder «encostar-se» aos «padrinhos» para alcançar bons empregos, hão-de um dia enganar-se... porque as empresas estão a mentalizar-se para saber e «sentir» necessidade de preferir os melhores.

Para Sequeira Afonso vão os nossos votos de felicidade para a carreira que abraçar. Com o nosso abraço, pode ele contar sempre... porque ele é dos melhores.

E disso é testemunho não apenas o seu exemplar comportamento moral, mas também o mérito das suas produções, quer se trate de prosa, poesia ou canções para discos.

Do mérito da sua poesia temos agora (só agora nós ambos o sabemos, imagine-se!) um válido testemunho: o poema «As tuas mãos», que Sequeira Afonso publicou no «Diário de Lisboa» há mais de 3 anos, foi um dos seleccionados para o livro «Voz da Terra», (do 2.º ano de Ciclo Preparatório de Ensino Secundário nas edições de 1970, 1971 e 1972).

Parabéns a Sequeira Afonso por mais este reconhecimento do seu talento. O mérito da sua prosa pode também ser avaliado pelas solicitações que tem recebido da imprensa diária e regional.

Para a nossa Piscina

Da Alemanha chega - nos
um incentivo

O nosso conterrâneo sr. António Rodrigues vive na Alemanha e porque lê «A Voz de Loulé» e é amigo da sua terra, entusiasmou-se com a iniciativa da Piscina de Loulé e escreveu-nos dizendo que pretendia subcrever-se com 100 contos.

Oportunamente demos à notícia o merecido relevo e algumas pessoas estranharam que da Alemanha chegassem 100 contos, pensando que seria engano de zeros! Para confirmar escrevemos-lhe agradecendo e agora recebemos a seguinte resposta:

Margaretenstr. 4.11.72
Ex.mo Sr. Barros:

Peço o obséquio de me mandar dizer se já têm nome posto à piscina, e se já têm tudo bem organizado, qual o direito dos sócios, pois eu tenho bastante interesse em saber tudo bem esclarecido o mais tarde até ao fim do ano. Também desejo saber quanto custa a entrada de um sócio e qual o direito de um sócio como eu de 200 acções de 500\$00 cada.

Faz-me falta conhecer os estatutos da sociedade e também desejo saber se poderei entrar com mais acções quando eu quiser.

Sem mais muito atenciosamente sempre ao vosso dispor,

António Rodrigues

É absolutamente natural que todos os futuros accionistas desejem saber como vai a futura sociedade funcionar e por isso aproveitamos as perguntas deste nosso conterrâneo para esclarecer o seguinte:

1. A sociedade chamar-se-á

«SOLARIUM DE LOULÉ, S. A. R. L.».

2. Ainda não está tudo bem organizado mas estamos a «acertar as agulhas».

3. Ainda não podemos garantir quais serão os direitos dos sócios, exactamente porque uns têm 100 contos de acções e outros 500\$00, mas podemos assegurar que serão concedidas regalias a todos.

4. Ainda é cedo para se saber os custos de entradas na Piscina. Depende de factores vários.

5. Os Estatutos serão publicados em «A Voz de Loulé» logo após a escritura da Sociedade.

6. Por enquanto pode entrar com as acções que quiser. Depois da escritura da Sociedade é natural que seja por rateio (sob condições).

Posto isto, agradecemos ao sr. António Rodrigues a valiosa colaboração que nos presta e ficamos aguardando o valor das acções com que se subcreveu.

Bela Quinta

Vende-se uma bela quinta (dividida em 2 hortas pela Estrada Nacional) com abundância de água e muito arvoredo e ampla residência. A 4 quilómetros de Lagos.

Nesta redacção se informa.

«A Voz de Loulé»
VENDE-SE
Na CASA ALEIXO
LOULÉ

Contribuições
e Impostos

Avisam-se os interessados que durante o mês de Dezembro se encontram a pagamento as seguintes contribuições e impostos:

Imposto Complementar-Secção B 1971.

O imposto deverá ser pago durante o mês de DEZEMBRO, do ano seguinte àquele a que respeita.

Não sendo pago o imposto no mês do vencimento, começarão a correr imediatamente os JUROS DE MORA.

Vende-se

Terra de barrocal com forno de cal e pedra oleosa para brita e construção, denominado Ninho do Pombo, no sítio do Concelho, Loulé. Tem 20.000 m².

Nesta redacção se informa.

PROPRIEDADE

VENDE-SE uma propriedade com 15.200 m² de terra de semear, muitas oliveiras, figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras e 25.500 m² barrocal. Vista para o mar e vila; pinheiros e alfarrobeiras, muita pedra oleosa p/ brita e construção. Fácil acesso. Sítio do Concelho S. Clemente, Loulé.

Nesta redacção se informa.

Colabore connosco.

Leia e assine

«A VOZ DE LOULÉ».

Conhece os problemas da sua terra?

Porque não os expõe no nosso jornal?

Aguardamos a sua colaboração.

Sebastião Coelho

AGRADECIMENTO

Sua família vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso extinto e às que, por qualquer forma, exteriorizaram os seus sentimentos de pesar. Para todos os nossos agradecimentos mais sinceros.

PEUGEOT 404

Ou TAUNUS 12 M 1 500 estado novo. Vende-se. P. P.

Tratar pelo telefone 62102 das 9 às 19 horas, ou 62101 depois das 20 horas.

VENDE-SE

Uma propriedade com laranjeiras água em abundância, nora a 50 metros da Fonte Santa.

Tratar com: Joaquim Rocheta Lopes — Telef. 62630 — Quatro Estradas — Loulé.

MONTE

VENDE-SE um monte em Torre de Apra (Loulé). Muitas oliveiras, alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras. Casas de habitação e arrecadação. Óptimo acesso. Perto da Estrada de Loulé — S. Braz.

Nesta redacção se informa.

Notícias Pessoais

PARTIDAS E CHEGADAS

A passar férias em Portugal, encontra-se entre nós o nosso prezado assinante sr. Idalino Mendonça, que há anos fixou residência no Canadá.

De visita a sua mãe e a mater saudades da terra natal, passou alguns dias em Loulé o nosso conterrâneo e prezado assinante sr. Manuel de Sousa, proprietário do já conhecido e famoso «Restaurante Manuel» de Bruxelas, onde marca posição de relevo entre os restaurantes típicos da capital belga.

— A fim de assistir ao funeral do sr. Prof. Cruz Filipe, que foi seu saudoso professor e grande amigo, deslocou-se a Lisboa o nosso prezado assinante e amigo sr. António José Galvão de Sousa, que se fez acompanhar de sua esposa sr.^a D. Rosa Maria da Silva Martins de Sousa Leal.

FRANCISCO LEAL FARRAJOTA

Em viagem de negócios, deslocou-se há dias a Itália o nosso prezado amigo e assinante sr. Francisco Leal Farrajota, sócio-gerente da conhecida firma da nossa praça Francisco Martins Farrajota & Filhos, Lda, que naquele país visitou, em várias cidades, alguns dos principais consócios de super-mercados, especializados em produtos de alimentação e bebidas.

EXAMES DE ESTADO

O «Diário do Governo», publicou as classificações obtidas no Exame de Estado para professor efectivo das Escolas Técnicas (Ensino Técnico Profissional), no qual a nossa comprouviana sr.^a Dr.^a D. Maria Valentina Teixeira Gomes, (esposa do nosso prezado amigo e conterrâneo sr. Dr. Ventura Rocheta Gomes) obteve a classificação de 16,5 valores (9.º Grupo — Filologia Germânica).

FALECIMENTOS

Faleceu, no passado dia 12 de Novembro, o sr. Sebastião Coelho.

O saudoso extinto era pai dos srs. Manuel Sebastião Coelho, José Coelho, Joaquim Coelho e das sr.^{as} D. Maria Apolónia Coelho, D. Rosa Apolónia Coelho, e D. Maria dos Prazeres Coelho e avô do menino Jaime e Lampreia Coelho e da menina Rogélia Lampreia Coelho.

TERRENO

VENDE-SE. Situado na Rua Rainha D. Leonor, em Loulé.

Tratar com Almerinda Pinto Barros, Estrada da Senhora da Saúde, 34-2.º — FARO.

Armazém

Aluga-se um amplo armazém, com várias divisões anexas, situado na Avenida Marçal Pacheco.

Tratar com António Francisco Contreiras — Loulé.

— No passado dia 18 de Novembro, faleceu em Loulé a nossa conterrânea sr.^a D. Maria da Assunção Espadinha Corpas, que contava 72 anos de idade.

A saudosa extinta, era irmã da sr.^a D. Josefa Maria Espadinha Corpas Pereira, viúva do sr. Manuel Guerreira Pereira, e tia das sr.^{as} D. Maria da Conceição Rocheta Rua, Maria do Carmo Coelho Corpas, D. Maria do Carmo Corpas Coelho, D. Maria Inês Pereira Moreira Sousa e do sr. Joaquim Corpas Rocheta.

— Faleceu há dias em Loulé, a sr.^a D. Maria Claudina, que deixou viúvo o sr. Manuel João Júnior.

A saudosa extinta contava 74 anos de idade e era mãe dos srs. Manuel Correia João, casado com a sr.^a D. Felícia Gonçalves Correia, José João Correia, Adeline João Correia, casado com a sr.^a D. Cecília Maria Mendonça Olival Correia e da sr.^a D. Maria Claudina Correia, casada com o sr. José de Sousa Guerreiro.

— Em casa de sua residência, faleceu no passado dia 10 de Novembro a sr.^a D. Maria Aleixo, viúva do sr. Francisco de Sousa.

Era mãe da sr.^a D. Maria Aleixo de Sousa, casada com o sr. José Romão; D. Florinda Aleixo de e Sousa, casada com o sr. José de Freitas Gabriel e do sr. Henrique Aleixo de Sousa, casado com a sr.^a D. Lucinda de Sousa e avô da sr.^a D. Marina de Sousa Romão, funcionária da Câmara Municipal de Loulé, de Aristides José de Sousa de Jesus e da menina Maria da Conceição Sousa Freitas.

As famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

ANIVERSÁRIOS

Fazem anos em Dezembro

Dia 3 — Lénia Figueiredo Martins.

Dia 7 — Maria de Fátima Correia de Sousa Brito.

Dia 8 — Gérard Guérin e Maria da Conceição Brito.

Dia 16 — Feliciano José Correia de Sousa Brito e Ermelinda Correia Rosa.

Dia 18 — Alzira Maria da Palma.

Dia 24 — Stella da Ponte Alves Teixeira Fernandes.

Dia 28 — Steven Figueiredo Martins.

Dia 29 — Francisco José Correia de Sousa Brito.

Vende-se

Uma propriedade de semear, com muito arvoredo, oliveiras, alfarrobeiras, figueiras, amendoeiras. 10.500 m², no sítio do Concelho — Loulé.

Nesta redacção se informa.

APOIE. CRITIQUE.

MAS LEIA «A VOZ DE LOULÉ»!

CASA ALEIXO

de VITALINO MARTINS ALEIXO

Papelaria, Livraria, Artigos de Escritório e de Pesca,

Artesanato Regional e Material Escolar, etc.

Vastíssimo e moderno sortido de brinquedos e artigos

de decoração para o NATAL

LOULÉ

Reiniciados em Quarteira os trabalhos
de protecção à praia

(Continuação da 1.ª página)

GENTEMENTE no sentido de resolver um problema que inevitavelmente criará graves problemas a uma das mais favorecidas praias do Algarve.

Agradecida ao Governo pelo que ali já fez, Quarteira pede agora que se complete a obra de protecção à sua costa, tão promissoramente iniciada.

Quarteira, espera, confia e agradece.

● OLHEMOS TAMBÉM PÁRA OS PESCADORES

Forçados a deslocarem-se para poente aquando da construção da nova Avenida Marginal, os pescadores de Quarteira reiniciaram uma nova vida construindo toscas barracas de madeira mais a poente.

Ali guardam os seus apetrechos de pesca, ali trabalham, ali vivem. Mas vivem muitíssimo mal. Eles merecem vida melhor, antes que procurem outra que lhes ofereça mais desafio económico e trabalho menos duro. Já nada justifica que numa zona essencialmente turística deste turístico Algarve ainda existam paupérrimas barracas de madeira, onde pescadores trabalham e vivem em péssimas condições. Até porque ninguém poderá pensar que a Junta Central das Casas dos Pescadores não tenha dinheiro bastante para resolver um problema de tão económica solução.

É inadmissível que, ao lado dessa portentosa Vilamoura que está construindo a maior Marina da Península e que terá uma frequência de alto nível social, haja aquela chaga social a mostrar certa pobreza franciscana.

Sabemos que está idealizada (também projectada?) a construção de elegantes armazéns que substituirão aquelas toscas barracas de lata e madeira, mas parece-nos que os longos meses (2/3 anos?) já decorridos após a mudança dos pescadores é tempo demais para resolver este problema. E ele cresce de acuidade dia após dia, pois cresce em ritmo acelerado (mesmo ali pertinho) um magnífico hotel da Holiday Inn, de onde de disfruta o pouco decoroso espectáculo de pessoas que vivem em estado primitivo. Os dejectos e o cheiro também ali são espectáculo...

Tem muito interesse económico, social e turístico, que os pescadores continuem trabalhando ali, mas não podemos admitir que continuem a viver SEM casas.

O Sr. Almirante Henrique Tenreiro prometeu-lhes CEM casas e o sr. Almirante Américo Tomás já pessoalmente, e também em Quarteira, frisou essa necessidade, mas a triste realidade é que os pescadores da nossa Praia continuam a trabalhar SEM casas.

Vamos dar um jeito, sr. Almirante Tenreiro?

Os pescadores saberão agradecer-lhe.

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Faro

AVISO

DIMINUIÇÃO DO LIMITE DO RENDIMENTO COLECTÁVEL, PARA EFEITO E INTEGRAÇÃO NO REGIME GERAL DOS TRABALHADORES PERMANENTES DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, de 9 de Junho de 1972, e no sentido de uma aproximação progressiva da protecção social dos trabalhadores rurais da que é concedida aos trabalhadores do comércio e indústria considera-se do maior interesse social a redução do montante do rendimento colectável actualmente fixado, e tendo em vista a prévia adequação das empresas agrícolas, sobretudo das que apresentam rendimento colectável mais baixo, à integração dos seus trabalhadores permanentes no regime geral, foi determinado:

1 — A partir de 1 de Janeiro de 1973, é reduzido para 45 000\$00 anuais o limite do rendimento colectável das explorações agrícolas referido na parte final da alínea c) da Norma III do despacho de 20 de Junho de 1970, a partir do qual é obrigatória a inscrição dos respectivos trabalhadores permanentes no regime geral da previdência.

2 — A partir de 1 de Janeiro de 1974, fixar-se-á em 30 000\$00 anuais o limite referido no número anterior, passando a ser obrigatória a inscrição no regime geral da previdência dos trabalhadores permanentes de explorações agrícolas cujo rendimento colectável exceda aquela quantia.

3 — Enquanto vigorar o limite referido no n.º 1, podem os empresários de explorações agrícolas cujo rendimento colectável não exceda 45 000\$00 anuais, requerer a aplicação do regime geral da previdência a todos os seus trabalhadores permanentes. A partir de 1 Janeiro de 1974, tais requerimentos só podem ser apresentados relativamente a explorações agrícolas com rendimento colectável não superior a 30 000\$00.

4 — Para efeitos dos números anteriores, fica alterada em conformidade a parte final da alínea c) da Norma III bem como a parte final do n.º 1 da Norma V do despacho de 20 Julho de 1970.

Faro, 14 de Novembro de 1972.

A DIRECÇÃO

Habilitação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA.

— Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de 22 do mês corrente, lavrada de fls. 45 a 47, do livro n.º B — 65, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que, por óbito de Manuel da Silva Coelho, ocorrido no sítio da Lombada, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, no dia 26 de Outubro findo, residente no mesmo sítio da Lombada, natural da freguesia de Paderne, concelho de Albufeira, casado com Vitória das Dores Longuinho, também conhecida por Vitória Rodrigues Longuinho, actualmente viúva, residente no dito sítio da Lombada, em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, que não deixou testamento, foi habilitado como seu único herdeiro legítimo o seu seguinte filho legítimo: — José Manuel Longuinho Coelho, casado segundo o regime da comunhão de adquiridos, com Suzália Maria Martins Viegas, natural da

freguesia de Boliqueime, já referida, e residente no sítio da Lombada, da mesma freguesia. Está conforme ao original, não havendo na parte omitida nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 24 de Novembro de 1972.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

"Hornel, Representações e Comércio, L.da" Secretaria Notarial de Loulé

— NOTARIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA.

— Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 21 de Novembro de 1972, lavrada de fls. 41, v a 45, do livro n.º C-65, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Victor Hugo Pereira Lopes, Leonel José Rosa de Sousa e Horácio Manuel Baptista Bitá Gomes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

— A sociedade adopta a denominação de «Hornel, Representações e Comércio, L.da», destina-se a durar por tempo indeterminado, a contar desta data, e tem a sua sede, que no entanto mais tarde poderá ser mudada para outro lugar, por ulterior deliberação, na Rua Gago Coutinho, 26, em Quarteira, concelho de Loulé.

2.º

— O objectivo da sociedade é constituído por comércio de vendas de mercadorias a retalho, em qualquer modalidade, e todas e quaisquer actividades de comércio ou de indústria, que sejam lícitas e a sociedade resolva praticar.

3.º

O Capital social, já totalmente realizado em dinheiro e entrado na Caixa Social, é de 60 000\$00, representado por três quotas, com o valor de 20 000\$, cada uma, que ficam a pertencer, cada uma delas a cada um dos três referidos sócios.

4.º

Todos os sócios ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar a sociedade até 5 000\$, mas sendo necessário pelo menos duas assinaturas para constituir a sociedade em obrigações de maior montante.

— Os levantamentos de depó-

sitos à ordem da sociedade, podem ser processados com a assinatura de um só de qualquer dos gerentes, até ao referido montante de 5 000\$00, por cada acto, mas, para montante superior, são necessárias pelos menos as assinaturas de dois deles.

5.º

— Somente por deliberação da sociedade, passarão os gerentes a ganhar qualquer ordenado ou gratificação, que poderá ser diferente para cada um deles, conforme o trabalho, maior ou menor, que prestar na gerência.

6.º

— Nenhum dos sócios pode ser obrigado a uma actividade de gerência que lhe tome todo o tempo, podendo deliberar-se que só um sócio esteja em situação de gerência completa, com a colaboração dos restantes; ou que, por procuração a conceder a um estranho, se contrate um sub-gerente ou funcionário com outra qualidade, que ficará com os poderes que pelo contrato lhe forem conferidos.

7.º

— As quotas podem ser cedidas, mesmo a estranhos, mas depois de preferência, que em primeiro lugar cabe à sociedade, e em segundo lugar a cada um dos sócios, abrindo-se entre estes licitação no caso de mais do que um estar interessado. As comunicações, da intenção de ceder a quota, com o respectivo preço, e da intenção de preferir na cessão, devem ser feitas por carta registada, com aviso de recepção, com a antecedência de pelo menos dois meses para a cessão, e o prazo de um mês para a resposta dos preferentes.

— A licitação prevista nesta cláusula será feita perante a sociedade, e o seu resultado constará de acta.

8.º

— Por morte de qualquer dos sócios, pode a sociedade, se lhe convier, continuar a existir com os sucessores do sócio, dissolver-se, ou amortizar a quota do

falecido. É livre a escolha pela sociedade de qualquer daquelas três possibilidades; mas se deliberar dissolver-se ou amortizar a quota do falecido, terá que o deliberar no prazo de um ano, a partir do conhecimento da morte do sócio.

— § único — No caso de amortização da quota, a sociedade elaborará um balanço actual e especial para esse efeito, e por ele ficará determinado o valor de amortização da quota. O pagamento dessa quota poderá ser feito até dois anos a contar da morte do sócio, vencendo a importância de ficar em dívida somente o juro de cinco por cento, a partir do início do segundo ano.

9.º

— Com o acordo da sociedade, e conforme em cada caso vier a ser convencionado em matéria de juros e de prazos de reembolso, qualquer dos sócios pode fazer suprimentos à sociedade.

10.º

— Só por unanimidade de sócios e de capital, pode vir a ser deliberado o aumento do valor das quotas e o consequente aumento de capital, por qualquer dos sócios, bem como a obrigação de prestações suplementares.

— § único — Poderá no entanto, nos termos legais, deliberar-se o aumento do capital social, quando resulte de incorporação de reservas existentes na sociedade, ou por criação de novas quotas que, de resto, nenhum dos sócios pode ser obrigado a subscrever no todo ou em parte.

11.º

Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

— Está conforme ao original, feito por minuta, não havendo na parte omitida nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Novembro de 1972.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Comprando APARTAMENTOS MOBILADOS a J. Pimenta, s. a. r. l.

o seu dinheiro valoriza-se

Para rendimento ou habitação própria consulte

J. PIMENTA, SARL

QUELUZ: EDIFÍCIO SEDE: R. António Enes, 25 Telef. 652021/2

L I S B O A: Praça Marquês de Pombal, 15 Telef. 45843 - 47843

Milhares de clientes satisfeitos com a compra de propriedades construídas, vendidas e administradas por J. PIMENTA SARL atestam a capacidade e honestidade desta popular empresa que conseguiu:

- Industrializar a construção civil
- Vender mais barato
- Dar assistência completa a todos os clientes que a desejem

Uma intervenção Parlamentar que Loulé não agradece

(Continuação da 2.ª página)

campanha que, afinal se restringe única e exclusivamente à pseudo ou pretensa poluição de uma área do grande concelho de Loulé.

De onde é que se pode inferir que a nova fábrica pode poluir o Algarve? Para quê portanto a intervenção feita nestes termos?

Parece-nos ser tirar, para já, a primeira das conclusões: Não há qualquer perigo para o turismo do Algarve.

Poder-se-á argumentar que o aparecimento de outras indústrias viesse, por acréscimo àquela, ajudar a poluição do Algarve e, em face do precedente, querer justificar a sua instalação com o funcionamento daquela?

Não é argumento válido, porque alertados como todos ficaram no Algarve, não seria crível que a Comissão de Defesa do Ambiente não usasse então de todos os meios ao seu alcance, para, tempestivamente, impor ou opor o seu veto.

O Sr. Deputado Leal de Oliveira pessoa aliás por quem temos a maior consideração porque vemos que dos Deputados pelo Algarve é um dos que mais se tem esforçado na defesa dos seus interesses — excepção feita ao Dr. Jorge Correia, em defesa de Tavira — fez várias diligências junto da Secretaria do Estado da Indústria para saber se podia ficar tranquilizado quanto ao perigo da poluição e quer-nos parecer que as respostas obtidas são de molde a tranquilizar o seu espírito pois elas são as seguintes:

«1 — Por incumbência de Sua Excelência o Secretário de Estado da Indústria damos a satisfação ao solicitado por V. Ex.ª na sua carta de 20 do mês findo sobre o problema dos inconvenientes para as vizinhanças da instalação da fábrica em referência no concelho de Loulé.

2 — Quanto ao perigo de poluição não obstante os métodos antipoluentes a empregar, esta Direcção Geral só pode informar V. Ex.ª que a aprovação do respectivo projecto foi condicionada ao cumprimento de um certo número de disposições com vista ao controle da poluição, condicionamento este que é o mais rigoroso até hoje utilizado entre nós para instalações idênticas.

Em especial quanto ao teor de poeiras dos gases emanados do forno, foram estabelecidos limites na emissão semelhantes aos aplicados noutros países da Europa. Também foi fixada a concentração máxima de poeiras admissível ao nível do solo.

2.1 — O cumprimento pela empresa deste condicionamento será oportunamente verificado, não só antes da fábrica entrar em laboração como durante o seu funcionamento e a sua falta punida com as sanções previstas no decreto-lei n.º 46 923, de 28 de Março de 1966, a saber:

art. 5.º — Quando a gravidade do caso o justificar, serão tomadas providências imediatas para eliminar ou prevenir as consequências resultantes do não cumprimento das disposi-

ções relativas à salubridade, higiene, segurança e comodidade dos estabelecimentos industriais, podendo determinar-se a suspensão do trabalho e encerramento dos respectivos locais, no todo ou em parte, ou a selagem de qualquer equipamento.

§ único — A quebra dos selos será punida, nos termos do § 2.º do artigo 310 do Código Penal, pelos tribunais comuns.

art. 8.º — Fora dos casos previstos no art. 5.º, cada infracção será punida com multa de 500\$00 a 2000\$00.

§ 1.º — Verificada a infracção, serão fixados prazos à empresa para início e conclusão da obra ou modificação necessárias sem prejuízo do normal prosseguimento dos autos levantados.

§ 2.º — Se a empresa não iniciar ou não concluir tais obras ou modificações dentro dos prazos concedidos, serão novamente fixados outros para o efeito, e aplicada nova multa, elevando-se para o dobro os limites do seu quantitativo, consignados no corpo deste artigo.

§ 3.º — O disposto no parágrafo anterior é aplicável ao caso de inobservância dos novos prazos fixados, sendo elevados ao décuplo os limites do quantitativo da multa.

§ 4.º — Das decisões tomadas com base neste artigo cabe recurso, nos termos gerais, para os tribunais de trabalho.

§ 5.º — O disposto neste artigo não prejudica a aplicação do artigo anterior.

3 — As indemnizações a ofendidos são do foro dos tribunais civis.»

Supomos que as garantias dadas a Sua Excelência foram totais e que a própria lei garante que essa poluição será suprimida, uma vez que se verifique apesar de todas as precauções ou cautelas tomadas.

Esteja portanto o Sr. Deputado tranquilizado quanto à poluição do turismo do Algarve, que não será a fábrica de Loulé, que Loulé já inequivocamente aprovou e sancionou que irá ter qualquer implicação naquela Turismo.

Quanto ao problema, puramente local, dos pomares mais perto da CISUL, mas ainda a uma distância de mais de 3,4 ou mais quilómetros, também já o problema foi debatido em face do abaixo assinado que subiu às instâncias superiores e se verificou ser assinado por muita gente que não sabia ler, nem eram proprietários nos referidos locais. Para garantir a estes, parece que a CISUL está na disposição de plantar um pomar em redor da fábrica para demonstrar que não há poluição que os afecte, dado o sistema moderno de filtragem que a fábrica vai instalar.

Loulé já deu a sua opção. Loulé concorda com a instalação da fábrica e não parece aconselhável que outros sítios, locais, povoações ou centros urbanos do Algarve estejam a recear por um problema que só a si interessa e nunca por nunca, ao turismo do Algarve.

R. P.

Um Provinciano em Lisboa

Chi! Que confusão! Ao desembarcar da Estação, o olhar estampa-se petrificado nos paredões dos soberbos edifícios pomalinos, os timpanos ribombam ao som ensurdecedor do vai-vem automobilístico, os lábios quedam-se mudos sem saberem que dizer ou a quem dizer algo. Uma onda confusa de luzes, apitos, berros, travagens, sereias envolvem-nos o espírito, incapaz de reagir diante da grandiosidade da situação que nos cerca. Estamos na máquina da civilização. Eis a Capital.

Tornar-se-a monótono e desprovido de interesse descrever o que é a capital, as ruas, as avenidas, as praças, os jardins, os palácios, os monumentos. Isso vem nos guias de turismo, e turismo não é para toda a gente. O que interessa é falar deste povo, que aqui luta pela sobrevivência, pelo direito à vida.

A primeira sensação que nos fica é a de uma massa anónima. Aqui, no autocarro, no cinema, no Chiado ou seja lá onde for, as pessoas passam, acotovelam-se, vociferam mas não comunicam objectivamente e raramente se compreendem. Cria-se um círculo restrito e indispensável de amigos da «cavaqueira» no café, colegas de estudo, desporto ou trabalho, e quanto ao resto não se conhece o vizinho do andar de cima ou de baixo. Cria-se assim um clima de frieza que se vai acumulando ao longo de semanas a fio, frieza esta que vai regular e sistematicamente explodir ao teatro, tourada ou futebol, onde o natural instinto maligno do Homem é lançado impiedosa, total e ferozmente sobre um bode expiatório de negro trajado e apito na boca.

É assim que o recém-chegado à capital se sente bastas vezes terrivelmente frustrado perante tanta indiferença que o conduz à individualização do pensamento e acção, originando uma transformação radical na sua maneira de ser físico-espiritual.

As bichas, essas intermináveis filas de pacientes e impacientes necessariamente acalmados, são o quotidiano da capital. Há bicha do leite, do pão, da carne, do chi-chi, etc., etc. Um aspecto curioso a anotar nalguns lisboetas mais castiços é a maneira convencida de «superioridade alfacinha» quando falam discutindo ou versando qualquer tema com um indivíduo da província. Geram-se então duas partes distintas dentro da conversação desenvolvida: de um lado, o alfacinha falando e gesticulando, com uma oratória nem sempre fluente e que por vezes está oca de conteúdo de base; do outro, o provinciano, impedido de se exprimir pela dialéctica imparável do alfacinha, mas advertindo-o mentalmente de que não é tão parvo como o julga...

José M. Bota

OLHO DE AGUA — LOULÉ



Agradecimento

Maria Claudina

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde da saudosa extinta durante a doença que o vitimou e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à sua última morada.

Secretaria Notarial de Loulé

1.º CARTÓRIO

— NOTÁRIO: LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA DA SILVA.

— Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-65, de fls. 76, v a 80, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 29 de Novembro findo, na qual Manuel Cebola Gonçalves e mulher, Maria Solange da Conceição, residentes no sítio de Alfeição, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: — misto, constituído por uma morada de casas térreas par habitação, com 4 compartimentos e 1 dependência, e terra de semear, com árvores, no sítio da Amendoeira de Vale Telheiro, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, confrontando actualmente, do nascente com Joaquim Clemente, do norte e poente com Manuel Guerreiro Jerónimo e do sul com caminho, inscrito na respectiva matriz predial, a parte urbana sob o artigo n.º 2 143, com o valor matricial de 3 600\$ e a rústica sob o artigo n.º 5154, com o valor matricial de 1 360\$, no valor global de 4 960 e declarado de 150 000\$00.

— Que ele justificante Manuel Cebola Gonçalves é titular das referidas inscrições matrículas, e

— Que o mencionado prédio se encontra descrito na conservatória do registo predial deste concelho, sob o n.º 6 947, a fls. 102, do livro B-18, e que o mesmo se encontra inscrito de transmissão naquela Conservatória, a favor de José Martins Laginha, pela inscrição n.º 3 312, a fls. 180, do livro G-3.

— Que o prédio supra descrito lhes pertence pelo facto do mesmo haver sido comprado pelo ora justificante varão, a Manuel da Conceição Matos e mulher, Maria Laginha, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e residentes no aludido sítio da Amendoeira de Vale Telheiro, em 31 de Janeiro de 1957, através da escritura lavrada a fls. 25, v.º, do livro n.º 171, de notas para escrituras de valor indeterminado

ou superior a mil escudos, excepto partilhas, da antiga secção desta Secretaria, actual 1.º Cartório.

— Que por sua vez o referido prédio pertencia aos então vendedores, os referidos Manuel da Conceição Matos e mulher, Maria Laginha, pelo facto de:

— no inventário que foi instaurado e correu nos seus termos no Tribunal Judicial da comarca de Loulé, por óbito de Francisca Rodrigues, casada segundo o regime da comunhão geral de bens, com o referido José Martins Laginha e que foi residente no sítio de Vale Telheiro, freguesia de São Sebastião, deste concelho, haver sido adjudicado a pertencer à referida Maria Laginha, também conhecida por Maria Rodrigues, filha deste casal, uma parte correspondente a 83\$489, daquele prédio; — tendo as partilhas desse inventário sido julgadas por sentença de 12 de Outubro de 1905, que transitou em julgado, e de

— na partilha, merante verbal e nunca reduzida a escritura pública, a que se procedeu por óbito do mencionado José Martins Laginha — titular da referida inscrição predial n.º 3 312, a fls. 180, do livro G-3, e que faleceu no estado de viúvo daquela Francisca Rodrigues — em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de 1925, haver sido adjudicado e ficado a pertencer, à mesma Maria Laginha, sua filha, ao tempo casada segundo o regime da comunhão geral de bens, com o referido Manuel da Conceição Matos, a restante parte do prédio supra descrito e confrontado.

— Que, por falta da escritura de partilha por óbito do referido José Martins Laginha, não lhes é possível comprovar a aquisição da restante parte do prédio, supra descrito e confrontado, pela referida Maria Rodrigues ou Maria Laginha, pelos meios extrajudiciais normais.

— Está conforme ao original, não havendo na parte omitida, nada em contrário ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, 2 de Dezembro de 1972.

O 2.º Ajudante,
(Fernanda Fontes Santana)

SURDOS

CASA SONOTONE



Vai às seguintes localidades:

Dia 22 de Dezembro 6.ª-Feira

Faro — Farmácia Batista — Das 9 às 11 horas

Loulé — Farmácia Confiança — Das 12 às 13 horas

S. Bartolomeu de Messines — Farmácia Vargas Mogo — Das 16 às 18 horas

Fazemos exames e demonstrações que são gratuitas apresentando as últimas novidades em aparelhos auditivos. LARIN-ES ELECTRÓNICAS para aqueles que não podem falar. Prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou de quaisquer marcas. Pilhas de todas as voltagens. Pedimos um visita com a qual ficamos muito agradecidos em:

LISBOA — Póço do Borratém, 33 S/L Telef: 868352

PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef: 02-35602

LUANDA — Rua António Enes, 42-2.º Apartamento 26

QUARTEIRA

Habitação frente ao mar

VENDE-SE

4 soalh. 2 c. banho, varandas, elevador, porteira e outras comodidades.

Informa nesta redacção.

O Turismo Algarvio na Filotel

(Continuação da 1.ª pág.ª)

fra-estruturas que são absolutamente necessárias ao turismo». Efectivamente, na FILOTEL o visitante (a troco de 10\$00 cada bilhete — o que parece um pouco exagerado preço para uma feira que se pode considerar de propaganda) pôde apreciar a mais variada gama de artigos industriais indispensáveis para a preparação de um verdadeiro parque hoteleiro que se deseja moderno e eficaz. Desde as mais aperfeiçoadas cozinhas, passando pelos computadores pelos materiais de decoração, etc., a exposição internacional de hotelaria certificou quem a visitou de quanto é necessário dispende-se para se conseguir preparar convenientemente uma indústria nova, de que tanto se espera no futuro.

• PRESENÇA DO TURISMO ALGARVIO

Os mais importantes empreendimentos turísticos do Algarve estiveram presentes na FILOTEL: Vilamoura, Quinta do Lago, Torralta... Marcaram, aliás, um lugar de destaque, posto que são sem dúvida, poderosos elementos desta indústria que vê na província algarvia espaço eleito para o seu florescimento.

Maquetas, projectos, fotografias, estatísticas, informavam do que actualmente se passa no Algarve no domínio do turismo. E é, na realidade, um mundo novo. Será o melhor dos mundos? Eis o que ainda não pode ser demonstrado...

Um enorme cartaz assinalava:

«Vilamoura produz por dia 7000 litros de leite (1972) e produzirá 8000 (1973). Possui 1200 cabeças de gado bovino para produção de carne e leite. Está em preparação a reserva de vinho de Vilamoura. Frutas: uva de mesa, amêndoa, laranja, melão, morangos...» E mais adiante afirmava: «A Marina de Vilamoura será composta de um anteporto e de um porto interior, será ligada por canais a lagos interiores e abrigará barcos de recreio até 4 metros de calado e 50 de comprimento». E ainda «postos de amarração em cais flutuantes equipados com «fingers» e dotados de água potável, energia eléctrica, telefone, TV...» Seguiam-se dados sobre o casino provisório de Vilamoura, e outros elementos que auguram um lugar de destaque a este empreendimento turístico do concelho de Loulé.

Deveras interessante a presença de Quinta do Lago (empreendimento que cresce perto da aldeia de Almansil), cuja maquete foi alvo de bastante curiosidade. Dizia-se: «Numa das regiões mais arborizadas da costa do Algarve, estende-se a Quinta do Lago. Este empreendimento, graças às características particulares — não apenas pela localização geográfica do terreno aprazivelmente ondulado — como ainda pelo espírito que presidiu ao estudo da obra — constitui o complexo turístico de mais baixa densidade de construção do Sul da Europa e dos de mais alto nível de conforto em qualquer parte do mundo.»

Um grande cartaz de Torralta, porém, era bastante mais incisivo:

«O Turismo determina durante largos períodos de tempo, sensíveis aumentos populacionais e conduz ao decréscimo das quantidades de «stocks» de artigos de primeira necessidade que, em caso de real escassez, provoca nas regiões mas procuradas pelo turista uma subida do custo de vida difícil de ser suportada pelas populações locais.»

«O Turismo é movimento, é uma actividade dinamizadora, impulsionadora de tantas e tão diversas indústrias e serviços que é quase impossível determinar quais as actividades económicas afins ou paralelas que são influenciadas pela força da indústria turística.

«É necessário produzir-se em condições económicas para garantir o equilíbrio de preços e qualidades. Por tal motivo a Torralta decidiu promover a organização de actividades ao seu auto-abastecimento, procurando melhorar as condições económicas e sociais onde opera.

«Uma das preocupações dominantes da Torralta, é contribuir para a fixação das populações nas regiões onde se encontram, de forma a diminuir a corrente migratória para o exterior, e criar as condições de emprego e de vida que aliciem o retorno dos emigrantes.»

O Algarve caminha assim, na opinião dos interessados, na vanguarda do turismo no nosso país. Isso ficou bem marcado na FILOTEL. O futuro dirá de sua justiça...

QUARTEIRA PRAIA DO PRESENTE E DO FUTURO

As pessoas responsáveis pela Quarteira de futuro têm hoje elevada dose de responsabilidades.

Daquilo que hoje de mal fizerem serão acusadas pelos vindouros, exactamente como hoje quase todos os sentimentos no direito de criticar os abortos que ali se fizeram em matéria de construção e urbanização.

Há por ali as coisas mais esquisitas que se podem conceber. Mas fizeram-se sem plano orientador e a belo prazer de cada um... sem se pensar no futuro.

Hoje já é um pouco diferente. Há estudos, ante-projectos, projectos e uma mais ampla visão do futuro.

Aquilo que ainda há pou-

cos anos parecia o ideal, ficou ultrapassado antes de se concretizar.

...E durante muitos anos Quarteira estagnou... à espera de planos e aprovações.

Agora está em estudo (pensamos que quase concluído) um novo, e certamente arrojado plano de urbanização de Quarteira.

Há um estudo geral e outro de pormenor e por isso pensamos que AMBOS deveriam ser facultados à apreciação do público, não apenas para que todos pudessem saber do que vai passar-se em Quarteira em matéria de urbanização mas ainda porque dessa forma se daria cumprimento a uma disposição imposta pela Lei.

Palácio Encantado

—por J. Piedade Júnior

Regra geral, ou quase geral, a justiça no nosso país tem vindo a ser administrada em frios e velhos caserões, e ainda por cima mal trastejados, o que de modo nenhum a podia prestigiar.

Se excluirmos os tribunais de Coimbra, com felicidade instalados, há anos atrás, num magnífico solar que para o efeito sofreu criteriosos trabalhos de adaptação, pode talvez afirmar-se que nenhum dos recintos destinados entre nós a julgamentos fora dotado com o indispensável à elevada função da justiça, que se via assim apoucada no respeito que deve infundir a sua autoridade, ainda que nem sempre dela nos venha aquilo que se lhe pede, não por má fé dos homens, mas porque o erro é um acto próprio dos mesmos, que, muitas vezes se enganam.

Errare humanum est...

Não vá pensar-se que utilizando esta locução latina, aliás já vulgarizada, e que qualquer pessoa pode encontrar nas páginas verdes do dicionário de Jaime Séguier, o faço para me dar ares de erudito, que não sou. Utiliza-o, só porque ela exprime uma verdade de todos os dias e de todas as horas e porque tem além disso aplicação nas considerações com que estou a construir este artigo que é obra de alvaneu de pouca categoria.

Mas continuando. A própria capital, onde ultimamente se levou a cabo um sério esforço conducente à modificação deste estado de coisas, essa mesma ainda não conseguiu libertar-se da veregonha que é para ela o decantado edifício da Boa Hora, onde continuam a funcionar, sabe-se lá por quantos anos mais, os chamados tribunais do crime.

Entretanto, e ainda que tarde, está actualmente em execução um plano de construções já ajustadas ao decoro e à solenidade de que deve rodear-se o exercício da magistratura ainda que com pesado sacrifício para o erário, que valha a verdade nunca se viu farto no nosso país, a não ser na distante época das descobertas...

Começaram então a surgir, aqui e ali, os chamados palácios da justiça, magestosos alguns, dignos todos eles.

Se não estamos em erro, o primeiro, ou um dos primeiros que apareceram, foi o que se ergueu na cidade do Porto.

Ainda não compreendemos, porém, qual o critério a que está a obedecer a concretização da grandiosa obra; qual a ordem por que se rege a distribui-

ção dos seus benefícios. Como se sabe, foram já contempladas com eles algumas comarcas de terceira classe, quando há comarcas de classe superior que continuam com os seus serviços instalados em edifícios impróprios para o fim a que os destinaram, e que só a carência de meios da época poderia justificar.

Tal é o caso de Loulé, comarca de segunda classe com jurisdição em dois concelhos e abrangendo assim uma área grande e muito povoada, com o consequente movimento de processos, que não pode deixar de ser grande. Porque onde está o homem está o antagonismo, o conflito a querela.

Que dificuldades se estarão pois a opor à dotação da nossa vila com aquilo que povoações menos classificadas já obtiveram?

Loulé ao que parece, é pouco conhecida dos nossos governantes, que raras vezes a visitam. Mesmo quando descem ao Algarve e por aqui ficam alguns dias, não em viagens de recreio, mas de trabalho, não há quem os conduza até esta vila, não obstante passarem perto, a uns escassos sete quilómetros apenas e que se vencem em cinco minutos.

Dá ignorarem as suas necessidades, que são algumas, destacando-se dentre elas, como mais prementes, o Palácio da Justiça, o edifício para a Escola Industrial, este ao que parece finalmente a caminho da sua concretização, e o malfadado desvio da linha férrea, que tantos cuidados tem merecido ao carola pelas coisas da sua terra que é Raul Pinto.

Porque se não convidam então a visitar Loulé, a vir ouvir Loulé, aqueles dos ministros que dispõem de condições para promoverem dentro do que for possível a solução de problemas que se consideram tão importantes para a nossa terra? Porque se não traz até nós o próprio Presidente do Conselho, que não obstante a sua alta categoria política, mental e social, é uma pessoa bastante acessível e além disto simples, justa e compreensiva?

Loulé é a terra que deu à situação política actual um dos seus homens que mais se notabilizaram pela acção e pela inteligência e tal circunstância não será certamente esquecida se for tomada a iniciativa que sugerimos.

Tomemo-la, pois, em conta que a experiência nos ensina que com determinação alguma coisa se poderá fazer ou conseguir nesta vida. Com indecisão ou apatia é que nada, absolutamente nada se obterá.

20 anos depois

(Continuação da 1.ª pág.ª)

aumento nessa altura, mas já muitos dos colegas de província o fizeram.

Temos grande amor à terra que nos viu nascer, mas até o amor tem limites e por isso pensamos que já nos bastam o excesso de trabalho e os dissabores que implicam o manter um jornal com as características de «A Voz de Loulé».

É bem verdade que os prejuízos que temos tido são uma consequência lógica do aumento de páginas do jornal e da sua melhoria geral, mas haverá algum leitor que não goste que o «seu» jornal seja melhor? Sendo assim, quem é que, fazendo um jornal não goste também de o renovar?

É, portanto, nosso desejo manter uma «Voz de Loulé» melhor. Se mais não fazemos é porque é humanamente impossível uma única pessoa dividir-se por actividades várias que, embora interligadas, são extenuantes.

O primeiro número de «A Voz de Loulé» foi posto a circular no dia 1 de Dezembro de 1952 e, 20 anos depois, não podemos deixar de recordar sentidamente essa figura prestigiosa que foi o nosso querido e saudoso amigo Dr. Jaime Rua, o primeiro director deste jornal e o homem que durante muitos anos prestigiou este jornal com o fulgor da sua inteligência e nos amparou com a sua ajuda. Parece que estamos a «ver» a alegria que ele sentiu quando o jornal foi para a rua naquele festivo primeiro de Dezembro.

...E 20 anos se passaram.

Embora hoje muito ocupado com a sua vida profissional, também nos é grato agradecer publicamente a Raul Pinto o incentivo que nos deu para iniciar a publicação de «A Voz de Loulé» e a preciosa colaboração que nos tem dado ao longo destes longos 20 anos.

Para os restantes colaboradores e assinantes dedicados (porque é por estes que «A Voz de Loulé» pode existir) vai o preito da nossa gratidão.

O Director

Continua a crescer o capital para a piscina

TRANSPORTE 1.453.500\$00

Eng.º António Alves de Moura, Loulé	5.000\$00
Dr. Jacinto Duarte, Loulé (reforço)	5.000\$00
José Viegas Bota, Loulé (reforço)	1.000\$00
D. Maria Teresa Silveira Dias, Lisboa	500\$00
Menina Ana Maria Campina F. Braga, Loulé	500\$00
Alda Maria Faria Guerreiro, Loulé	1.000\$00
Menina Ana Paula de Sousa Viegas, Loulé	1.000\$00
José Gomes Romeira Morgado (reforço)	1.000\$00
Menina Maria Olávia Cristóvão R. Morgado (reforço)	500\$00
Menina Paula Cristina Ricardo R. Morgado (reforço)	500\$00
Menina Paula Cristina Ricardo R. Morgado (reforço)	500\$00
Menina Ana Teresa Ricardo R. Morgado (reforço)	500\$00
Maria Isabel Barracha Andrade de Sousa (reforço)	500\$00
Manuela Maria Barracha A. de Sousa (reforço)	500\$00
Menino Artur M. de Campos Lopes T. Ribeiro (ref.)	500\$00
Menino Luís Miguel da Silva Seruca (reforço)	500\$00
Manuel Ricardo Mendes da Silva	2.500\$00
Manuel Vitorino Bota (reforço)	5.000\$00
Menino Maria Clara Morgado Carapeto	1.000\$00
Carlos Manuel Morgado Carapeto	1.000\$00
Menino José Luís Vitorino Costa	500\$00
Manuel de Sousa Loureiro (Laginha)	10.000\$00
Joaquim Gil Madeira Teixeira	1.000\$00

A TRANSPORTAR 1.493.000\$00

SOLARIUM DE LOULÉ

ELEITOS CORPOS GERENTES

Na reunião realizada no dia 30, na sede do Louletano Desporto Clube, foram eleitos os Corpos Gerentes da empresa que vai ser constituída para construir a Piscina de Loulé.

Era nosso desejo publicar os nomes dessas pessoas mas não o fazemos porque ainda não foram designados os cargos que hão-de ocupar. Por isso só o faremos no próximo número.

Zona de Jogo do Algarve

Vai ser adaptado para nele funcionar provisoriamente o casino da zona de Sotavento, o antigo «Casino Oceano», de Monte Gordo. Nas restantes zonas de jogo livre no Algarve, começarão a funcionar, também, e já no próximo ano, os casinos provisórios de Alvor e Vilamoura — de que a Sointal é concessionária.

VENDE-SE

Uma horta no sítio da Ponte de Albufeira, com nora e respectivo motor. Tem laranjeiras e outras árvores de fruta.

Quem pretender dirigir-se a José Policarpo Boliqueime — Telefone 66250.